

A LINGUAGEM E A CONSTITUIÇÃO DE SUJEITOS UNIVERSAIS E PARTICULARES

Edinan Damasceno Carvalho¹
Joabson Lima Figueiredo²

Resumo: Este estudo analisa a imposição de neutralidade/universalidade nas ciências humanas, com foco na marginalização de saberes não brancos. Destaca-se a influência do pensamento colonial na linguagem e na construção de narrativas racistas, com a intenção de analisar a negação da humanidade do negro. Dessa maneira, a língua é abordada como ferramenta de poder, perpetuando a colonialidade. Para tanto, poemas de Ricardo Aleixo são lidos como base para a discussão do tema, serve especificamente como elemento comprobatório das reflexões de Frantz Fanon (2020) sobre os subprodutos da racialização. Nesse sentido, a prática da neutralidade é confrontada como parte da colonialidade do ser, saber e poder.

Palavras-chave: Neutralidade, linguagem, racialização, colonialidade.

LANGUAGE AND THE CONSTITUTION OF UNIVERSAL AND PARTICULAR SUBJECTS

Abstract: This study analyzes the imposition of neutrality/universality in the human sciences, focusing on the marginalization of non-white knowledge. The influence of colonial thought on the language and construction of racist narratives stands out, with the intention of analyzing the denial of black humanity. In this way, language is approached as a tool of power, perpetuating coloniality. To this end, poems by Ricardo Aleixo are read as a basis for discussing the topic, specifically serving as an element of evidence for Frantz Fanon's (2020) reflections on the by-products of racialization. In this sense, the practice of neutrality is confronted as part of the coloniality of being, knowledge and power.

Keywords: Neutrality, language, coloniality.

Racialização e silenciamento: a imparcialidade questionada no âmbito acadêmico

A neutralidade pregada, em geral, pelas áreas que compõem as ciências humanas, bem como o curso de letras que não escapa dessa cartilha, tem como efeito silenciar, apagar e eliminar aqueles que, em uma dimensão histórica, econômica e política, se encontram

1 Graduado em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa e Literatura (2022) pela Universidade do Estado da Bahia -UNEB Campus XVI Irecê. Pesquisador do grupo de pesquisa Aláfia (CNPq). Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN). E-mail: damascenoedinan@outlook.com

2 Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Docente Permanente do PPGEAFIN – UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa Aláfia – UNEB. Docente da EaD/UNEB. Coordenador do programa de mestrado PPGEAFIN. Coordenador do projeto PIBID/Irecê. E-mail: jfigueiredo@uneb.com

condenados ao espectro de *homens*³ infames⁴. Nesse cenário, essa imposição de neutralidade estabelecida através da possessão colonial de nosso sistema-mundo⁵ e sua lógica afetam diretamente a nós que somos demarcados, invisibilizados, diferenciados e hierarquizados. A “proposta” de neutralidade não abarca a humanidade marginalizada.

Dessa maneira, ocorre que essa abordagem, estabelecida no cerne das universidades brasileiras, acaba por silenciar, apagar e marginalizar saberes e sujeitos não-brancos. Esse fenômeno contribui para a persistência de uma visão racista e, por sua vez, brancocêntrica acerca de nós, *sujeitos* negros. Ademais, não só marginaliza e elimina outros *sujeitos* do conhecimento, como também os segrega nos mais diversos espaços sociais.

Direi o porquê. Em um cenário em que encontramos dois acadêmicos, esculpidos – racializados – por diferentes mãos e em diferentes lugares. O primeiro é talhado por mãos negras e, por conseguinte, anônimas. O segundo por mãos brancas que ocupam o centro. O primeiro sempre será chamado de negro. No entanto, o segundo é enunciado enquanto universal. O que confere marginalidade e universalidade a cada um desses *sujeitos*? Por uma perspectiva fanoniana, o acadêmico negro não é um acadêmico, é um acadêmico negro. Isto é, quando se quer dizer que um acadêmico é negro, o que se quer dizer é que ele é mais negro do que propriamente acadêmico (ALEIXO, 2018). Em suma, “existe uma zona do não ser, uma região extraordinariamente estéril e árida” (FANON, 2020, p. 22).

3 Ao deparar-me com as discussões levantadas por Flávia Lisbôa (2022, p. 27), sou direcionado a percepção da existência de “várias lacunas no plano da expressividade, seja quanto a conceitos epistemologicamente coerentes à compreensão do problema que envolve os *sujeitos* [...] seja pelos engessamentos coloniais da língua portuguesa”. Nesse sentido, no que tange, especificamente, aos engessamentos coloniais da língua, faz-se pertinente confrontar a “expressão de gênero na norma padrão da língua portuguesa quanto às (não flexões que evidenciam a subordinação colonial, logo também patriarcal” (LISBÔA, 2022, p. 27). Por essa razão, desenvolvo o exercício proposto por Lisbôa para marcar a colonialidade e patriarcalismo presente em nossa língua. Desse modo, o termo “sujeito(s)” necessita ser evidenciado para tensionar a maneira como generalizações são grafadas unicamente no gênero masculino. Além disso, realizo o mesmo processo com “homem/homens” quando enunciado como sinônimo de humano. Opto, por isso, motivado pela urgência de encontrar novas terminologias.

4 Termo utilizado por Michel Foucault (2003), no texto “A vida dos homens infames”, para se referir às vidas que não têm lugar na história.

5 Parto dos apontamentos feitos por Grosfoguel (2018, p. 68) para pensar o conceito de “sistema-mundo” como uma alternativa ao conceito de “sociedade”. O conceito em questão é utilizado com a intenção de romper com a ideia moderna que reduz “sociedade” às fronteiras geográficas e políticas de uma “Estado-nação”. Trata-se, então, de uma proposta metodológica que rompe com uma unidade de análise temporal/espacial que segue pressupostos das “arbitrárias e moveiças fronteiras espaciais e unidades temporais dos Estados-nações” e que subordinam “as análises científico-sociais às lógicas temporais e espaciais da autoridade política que privilegia a modernidade”. Nesse sentido, aplico esse conceito, que se configura como um movimento de protesto dentro das ciências sociais contra a categoria eurocêntrica que é a noção de sociedade. Ademais, partilha e produz leituras de que “existem processos e estruturas sociais cujas temporalidades e espacialidades são mais amplas que as dos ‘Estados-nações’”, ou seja, é uma visão teórica que procura capturar, “de forma ativa/passiva, singularidades de processos globais de ampla duração e ampla espacialidade que ocorrem ‘mais além’ e ‘dentro’ de suas fronteiras e estruturas, atravessando-as transversalmente” (GROSGOUEL, 2018, p. 68).

Ainda em uma perspectiva traçada a partir de Fanon (2020), a subtração de uma realidade por outra, a dos conquistadores pela dos conquistados, acarretou em processos em que a modernidade burguesa europeia estabeleceu o homem hétero, cis e branco como sinônimo de humanidade. Ou seja, o branco foi imposto como saber único e verdadeiro. Enquanto o outro, o acadêmico negro, é uma humanidade à parte do acadêmico *humano*. Nesse prisma, Fanon argumenta que o negro não é um *homem*, é um *homem negro*.

Desse modo, para enunciarmos nós negros como *sujeitos* ou para sinalizarmos qualquer que seja o *sujeito* não-branco, há uma imposição da materialidade que nos conduz para que o chamemos de o *acadêmico negro*, a *mulher negra*, a *criança negra*, o *jovem negro*, o *poeta negro*. Conquanto, o acadêmico branco não é perpassado por esse fenômeno. Isso lhe dá a possibilidade de falar por esses e aqueles, haja vista que o racializado branco se dispensa de uma cor. O branco se percebe ao longo de toda a sua brancura como algo neutro e, portanto, humano, capaz de estender e generalizar a sua fala por si e por toda a humanidade, inclusive os marginalizados.

Destarte, sobre o *sujeito* negro, Hegel, que se trata de um pensador branco do centro europeu, cânone filosófico e um dos responsáveis pela noção moderna de humanidade, afirmou que o negro, por não possuir uma consciência ou linguagem, não pode ser considerado um sujeito histórico e, por essa razão, os negros foram excluídos da participação em seu trabalho que analisava o tecido da história. Veja a seguinte passagem de *Filosofia da História* (HEGEL, 2001, p. 83-85):

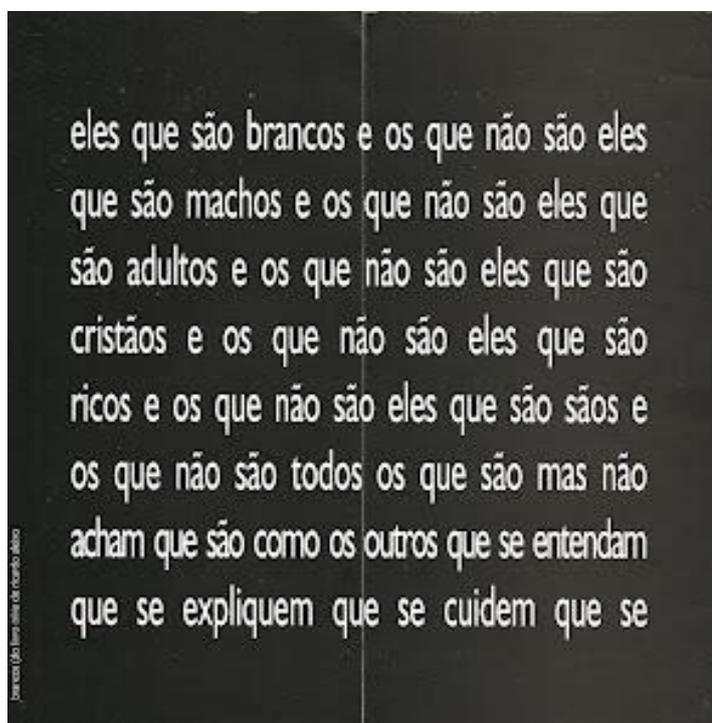
O caráter tipicamente africano é por isso, de difícil compreensão, pois para apreendê-lo temos que renunciar ao princípio que acompanha todas as nossas ideias, ou seja, a categoria da universalidade. A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência. Em sua unidade indiscriminada e compacta, o africano ainda não chegou a essa distinção de si como indivíduo e de sua generalidade essencial. [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos de sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano. Os extensos relatórios dos missionários comprovam esse fato, e o maometismo parece ser a única coisa que traz a cultura, de certa forma, até os negros. [...] a carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça.

Hegel é apresentado aqui a título de exemplificação, visto que há a possibilidade de mencionar diversos nomes e trabalhos europeus que alimentam ideias racistas. Não tenho a

intenção, assim como alguns colegas, de me aproximar de atitudes que parecem centralizar, de certo modo, o racismo em figuras históricas como Hegel, Voltaire e tantos outros. Pois, a perspectiva que adoto visa explorar, no geral, a inferioridade do negro ou a ausência de humanidade do negro⁶ como algo decretado a partir das ideias iluministas e perpetuada pelo tecido discursivo reacionário.

Nessa toada, o negro é marcado por um sentimento de indiferença que está acentuado em olhares brancos. Assim, é frisado constantemente como um *sujeito* que não é relacionável com o branco, que, por sua vez, é determinado como o centro das relações humanas. Tal como parece ser tema do conteúdo presente no poema *Branços* (2018), de Ricardo Aleixo, em que o eu-lírico estabelece um modo de desenhar esse processo em que determinadas características foram eleitas como parte do centro/universal e outras foram condenadas a existir às margens e não estabelecerem relações diretas ou indiretas com o que foram subtraídos. Outrossim, limita e impede a possibilidade de compreender a si e aos outros apenas aos sujeitos que foram incluídos dentro do círculo outrora delineado.

Figura 1 – *Branços*



Fonte: Aleixo (2018, p. 189).

6 Não há possibilidade de estabelecer um desses fenômenos como principal. Por isso, a indecisão que se apresenta como uma alternância entre os dois, haja visto que os compreendo como atividades articuladas e que se retroalimentam.

O que chama a atenção, em um primeiro momento, é a inversão das cores que compõem as letras e a página. Nesse poema, a cor de fundo parece ser determinada por um sentimento de luto, resultado dos efeitos de dor e morte causados por essas fronteiras. De acordo com Fanon (2020), a concretude das relações na periferia do capitalismo faz com que a representação do mal precise ter seu corpo se não domado, destruído pelas forças físicas de repressão do Estado. Então, o sujeito destituído do pensamento racional, movido pelas paixões, não passa de um puro corpo (FAUSTINO, 2014), um corpo esculpido como um corpo mais corpo que os que estão acima hierarquicamente.

Há, então, nesta produção, que assume caráter acadêmico, um conjunto de práticas que procuram subverter a lógica colonialista que silencia o negro quanto a problematização dessa neutralidade universalizadora imposta ao nosso sistema-mundo. De acordo com Faustino (2020), tudo o que é caracterizado como não-branco, que não pertence à norma, é o outro, um modo específico de vida anormal, que não corresponde aos padrões da unidade universal da humanidade, imersa em brancura.

Nessa lógica, em proveito de um *eu*, elimina-se o outro. A pessoa não-branca é esmagadoramente vista como incapaz de exercer intelectualidade, de produzir formas objetivas, práticas e teóricas de conhecimento, pois somos excluídos do gênero humano. Ao negro resta apenas por em prática as especificidades que são destituídas de importância para a história humana.

Como é argumentado por Faustino “até que se prove o contrário o negro não é sábio, não é detentor de razão, não é um educador, muito menos pesquisador. [...] o negro é um suspeito e o espaço acadêmico não é um lugar reservado a ‘indivíduos suspeitos’” (2014, p. 86, grifo do autor). Nas palavras de Fanon:

O preto é fixado no genital, ou pelo menos aí foi fixado. Dois domínios: o intelectual e o sexual. O pensador de Rodin em ereção, eis uma imagem que choraria. Não se pode, decentemente, “bancar o durão” toda hora. O preto representa o perigo biológico. O judeu, o perigo intelectual. Ter a fobia do preto é ter medo do biológico. Pois o preto não passa do biológico. É um animal. Vive nu. E só Deus sabe... (FANON, 2020, p. 143, grifo do autor).

Sobre essa análise, Faustino (2014, p. 86) argumenta que

A triste verdade é que assim como a estátua O pensador de Rodin é inconcebível com o pênis ereto, o negro é inconcebível nos espaços de poder reservados ao administrador onipotente (saber, tecnologia, civilização). Seja pela pretensa

dimensão animalizada de sua corporeidade, seja pela necessidade de adestramento constante neste esquema de subalternidade, o homem negro representa uma constante ameaça à ordem simbólica.

É esta negação da humanidade e inferioridade que conduz o negro a inscrever os seus discursos em tautologias: nós também somos seres humanos, nós também temos o direito de viver, nós também temos o direito a ter direitos. Assim, a neutralidade/universalização é uma das bases para entendimento do processo violento de marginalização, silenciamento, exclusão, inferiorização e extermínio do *sujeito* negro, seja no âmbito acadêmico ou não.

Conquanto, trata-se de analisar o modo como o *sujeito* negro está imerso e silenciado profundamente nos cenários materiais e simbólicos que o agenciam ou que o conduzem a agenciar sentidos que o fazem ser enunciado enquanto abjeto, ou, ao menos, vizinho à abjeção, pois está relacionado ao que, no Brasil, é eleito como resíduo, detrito, algo repudiável, que precisa ser eliminado com urgência.

Por essa razão, a neutralidade é, sobretudo, um posicionamento e, para mim, não há a possibilidade de assumi-lo. Pois, trata-se de um posicionamento conservador, que busca manter e (re)produzir um determinado padrão de injustiça e violência. Isso é, toda proposta que se apresenta com neutralidade é uma afirmação para que as coisas permaneçam exatamente como estão.

Na produção acadêmica, como foi exposto acima, não existe neutralidade. Nesse sentido, não atuo como intelectual ingênuo quanto a uma suposta *neutralidade científica*. Não é viável falar sobre ser neutro quanto a metodologias, epistemologias, não inferências, objetividade, conflitos de interesses. Em suma, o *sujeito* que se propõe neutro é o mais fervoroso ideólogo.

Em outras palavras, o que intento apontar é que a neutralidade é um artifício de dominação produzido para silenciar *sujeitos* "incômodos" e "desviantes" por apresentarem risco à "ordem social".

Não há a possibilidade de construir uma técnica pura, uma ciência pura, distante da realidade política e social em que estamos inseridos. É por esse motivo que, mais do que nunca, politizar o campo dos estudos sobre a linguagem se faz necessário. Não porque esse setor não seja político, mas, justamente, para evidenciar o seu caráter intrinsecamente político.

2 A língua enquanto fenômeno basilar, estrutural e estruturante das relações estabelecidas no corpo social brasileiro

Para esta seção, há a necessidade de tratar de um aspecto pouco explorado na primeira obra de Fanon (2020), tanto em sua dimensão subjetiva, quanto objetiva. Dessa maneira, é preciso analisar, com afinco, a língua como tecido que agencia práticas hegemônicas que materializam e potencializam o estabelecimento de uma normatividade que se retroalimenta na colonialidade e no racismo.

Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. Mesmo assim, a única categoria com a devida honra de ser reconhecida como o Outro da Europa ou 'Occidente', foi 'Oriente'. Não os 'índios' da América, tampouco os 'negros' da África. Estes eram simplesmente 'primitivos'. Sob essa codificação das relações entre europeu/não-europeu, raça é, sem dúvida, a categoria básica. (QUIJANO, 2005, p. 122).

Por esse caminho, a raça é fator matriz para as opressões estabelecidas em nosso sistema-mundo. Nessa toada, para a compreensão dessas classificações, é indubitável a presença dos entendimentos sobre a função que o discurso desempenha, haja visto que nele e por ele são realizadas as construções, difusões e reproduções. É através da língua que a negação do negro enquanto humano passa primeiro a existir.

Aqui, procuro apresentar uma leitura sobre a dimensão que a língua assume para perpetuar e viabilizar condições para que a organização da vida esteja calcada em ideais que envolvem raça e racismo. Como é explorado por Fanon (2020, p. 68), nas relações desenroladas no pós-escravismo e contemporaneamente na colonialidade, encontro negrófobos

[...] Mas não é o ódio ao negro que os impele; eles não têm essa coragem, ou não a têm mais. O ódio não está dado, precisa ser conquistado a todo instante, precisa ser alçado ao ser, em conflito com complexos de culpa mais ou menos assumidos. O ódio pede para existir e aquele que odeia deve manifestar esse ódio por meio de atos, de um comportamento adequado; em certo sentido, deve tornar-se *ódio*.

Assim, o ódio perpassa todos “os tecidos discursivos com uma brutalidade aniquiladora que bordeja a linguagem de sua própria impossibilidade de dizer e com uma

força de reivindicação por refazer os modos e as aparições de um poder-dizer”. Há, então, no ódio uma dimensão que é silenciadora, bem como mobilizadora de uma “pele performativa” em rupturas “que reabrem as valas dos nossos cadáveres não enterrados” (KIFFER; GIORGI, 2019, p. 10). Pois, aqui, esforço-me para seguir uma única instrução

[...] enquanto tento grafar com o corpo
no espaço: deixar para trás
os cadáveres, se não for possível
enterrá-los com dignidade,
ou incinerá-los
e espalhar suas cinzas ao vento.

(ALEIXO, 2010, p. 86).

Nesse cenário, a difusão de saberes, especificamente nos espaços prestigiados como a universidade, passa a atuar um conjunto de forças que visibilizam a presença de corpos negros a partir de vozes e ferramentas forjadas pelos oprimidos com a intenção de deslocar entendimentos das relações de poder que produzem subalternidade. É necessário que compreendamos a função que a linguagem é conduzida a assumir para sustentar “o pêndulo oscilante da presença-ausência” que constitui o sujeito negro. “Pois as ausências corporificadas em sua presença são agenciadas” por um domínio inalcançável de uma linguagem, que constitui as relações subjetivas e materiais, “necessária para que sejam ouvidos e vistos” (LISBÔA, 2022, p. 21).

O fenômeno de necropolítica linguística exerce políticas de morte que se autorizam através da segregação e do silenciamento. Nesse prisma, as condições para produção de linguagem estão legitimadas por uma história contada e fortalecida por uma rede discursiva racista, que se materializa pelo dito e não dito da colonialidade. Ou seja, o silêncio impulsiona a naturalização do descaso e da violência – em âmbito físico e simbólico – à qual nós, *sujeitos* negros, estamos submetidos.

Nessa toada, o poema *Paráfrase de Nicolás Guillén* explora essa dimensão em que os discursos (re)produzidos pelos agentes do poder são capazes de legitimar a morte de quem é associado ao que, neste texto, aloco em um bojo que abarca tudo que é associado ou enunciado como abjeto, que merece desprezo. Veja o poema abaixo:

Me matam quando se enganam,
e se não
se enganam,
me matam.

Me matam assim como quem
pisoteasse uma
barata – sem
compaixão

nem culpa -, certos de que,
salvo engano, quem
morre é um nada,
um ninguém.

(ALEIXO, 2020, s/p)

Assim, a reflexão sobre as opressões de sujeitos subalternizados no Brasil, através da colonização/colonialidade, a partir dos estudos poéticos e linguísticos, exige compreensões de que o homem se edifica, faz-se *homem*, na produção e nas relações sociais que engendra, através de um processo contraditório em que estão sempre presentes e em confronto momentos de educação e de deseducação, de qualificação e de desqualificação, de humanização e de sub-humanização. Trata-se, então, de indagar essas classificações, estruturadas e estruturantes dos discursos que circulam no imaginário social brasileiro, enquanto elementos operacionais para organizar as relações que compõem a vida de quem explora/humilha/assassina e que é explorado/subjugado/subtraído. A língua, nesse cenário,

[...] engloba instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Nesse sentido, nota-se o papel da linguagem para a colonialidade do saber. O negro é uma invenção discursiva do branco sobre si e sobre nós – um trabalho do branco. O negro e as condições em que vive são uma imposição do branco colonizador e essa situação é continuamente mantida pela branquitude. O branco e a sua superioridade só existem pela incessante construção de sentidos para humilhação e extermínio do negro. “Ser *negro* é uma criação dos brancos, o racismo é um problema dos brancos” (NASCIMENTO, 2019, p. 337, grifo do autor).

A minha labuta com esses enunciados poéticos de Aleixo permite a aproximação com a história de um apanhado de descontinuidades e das recorrências sobre a guerras de que somos alvos. Como é explorado por Flávia Lisbôa (2022, p. 34):

O esforço em estabelecer o dito para além da relação significante-significado, da ideia de proposição, frase ou representação, é olhá-lo como prática discursiva, sistemática; ou seja, enunciados que em determinado momento histórico – e, a partir da emergência, ao longo da história – formam os objetos, apoiando-se e retroalimentando uma formação discursiva. Ou seja, o discurso não se limita à língua, a um código linguístico. São manifestações da linguagem expressas nas mais diversas materialidades e que estabelecem relações sociais de disputa ou aliança com determinado discurso sobre um referente.

Dessa forma, essa operação em curso na realidade brasileira se desenvolve em torno do poder e controle que finca noções específicas de verdades sobre o que é considerado e enunciado cotidianamente como correto/normal e o que é errado/anomalia. Nesse campo, esse fenômeno se dá através das noções atravessadas por um saber que se manifesta pelos intermediários do poder.

Nesse cenário, são estabelecidos discursos sobre o negro e, por sua vez, a naturalização das condições de negação da vida e imersão em violências. Assim, o silenciamento dos discursos e a imposição de uma neutralidade abusiva atuam como elementos basilares para a sustentação da colonialidade, do racismo e, sobretudo, do capitalismo. “Em função disso, beneficia-se o discurso colonial sobre o que é normal, legitimando as normatividades eurocêntricas como referência confiáveis, válidas e respeitáveis” (LISBÔA, 2022, p. 37).

Nessa percepção, a prática de neutralidade/universalidade é manifestação da colonialidade do “ser”, do “saber” e do “poder” exploradas por Quijano (2005). Todavia, esse paradigma, essa normatização, sofre deslocamento a partir de vozes – como as de Fanon e Aleixo - que buscam encaminhar uma desnaturalização do *status* de verdade às expressões de um único *sujeito* racializado, que se estrutura à uma rede discursiva propagada pelo pensamento colonial. Assim, o tratamento do hostil do *sujeito* negro, sobre o qual “desembocam as ações e efeitos do sistema colonial e sua permanência por meio da colonialidade silenciadora das outridades” (LISBÔA, 2022, p. 48), é um efeito da empreitada colonial e suas diversas formas de apertar mordanças.

Esse é um fenômeno explorado pelo poema *amor à brancura* (2020). Aprecie-o abaixo:

sem a negrada
agregada e seu
amor à brancura
essa doença
que é grave

*mas que (v. frantz
fanon) tem cura*

a casa grande
não seria nada
além da bela ima-
gem de uma das
bases do terror
racial colonial
enfim *incendiada*

(ALEIXO, 2020, s/p, grifos meus).

Nesse poema, é possível sentir uma tensão se desenrolar após a leitura que viabiliza questionamentos sobre “verdades” impostas pela colonialidade e que são lidas por sujeitos produtores de rasuras, como uma patologia grave, engatilhada pela exploração do homem pelo homem e seus fenômenos de classificação e hierarquização. Faz-se, assim, surgir uma linha de força que questiona discursos e os dobra – de modo a descentrar a forma como as subjetividades se manifestam sobre elementos cotidianos – para sedimentá-los ou, ao menos, fraturá-los.

São produzidas, desse jeito, marcas de rupturas que são propaladas pelas poéticas negras para contra-atacar pactos, protocolos e formas de relações pré-determinadas pela exterioridade. Disso surgem novas formas de ocupação dos territórios que nos são historicamente negados. Em síntese, justamente por esse caráter beligerante, são negociadas a “inflexão e a potência de um novo tempo possível” (KIFFER; GIORGI, 2019, p. 16). Está em curso o exercício de fazer a língua circular em outra corrente para inventar novos códigos para desarmar a vida racializada e racista.

3 Os predicados de morte e miséria agenciados em torno do sujeito negro

Dessa maneira, há, no território brasileiro, um constante risco de aniquilação de corpos negros. As relações estabelecidas nesse território fazem a morte ser uma “conjugação de verbo em tempo presente afirmativo” (APARECIDA; DUCASO, 2020, p. 36), no que tange a repressão que exerce uma constante presença nas vidas das pessoas negras, isso em decorrência de serem construídas para serem alvos de uma morte praticada pelo racismo institucional, pelo racismo estrutural que inviabiliza a ideia da morte como algo que faz parte da vida.

Por essa razão, não tratarei de abordar apenas os efeitos de condições de vida que

podem ser chamadas de adversas, pois o adjetivo não é capaz de dar conta das significações repugnantes da materialidade do ódio engendrado por políticas brancas de extermínio da população negra. Trato de analisar a maneira como a não aceitação passiva dessa situação empurra limites, desloca-os para o combate do que produz a eliminação de corpos, de vidas.

Como já foi dito, existir é resistir. Alguns já existem e exercem plenamente esse direito – refiro-me aos brancos. Outros, como nós negros, não temos nem ao menos o direito de subsistir. Fazemos força constantemente para atravessar essas tensões que nos subjagam para espaços de morte. Vivenciamos, literalmente, na pele, os efeitos de um país-pesadelo. É necessário evidenciar que nossos corpos transitam de maneira intermitente em um imenso desespero e ele é renovado, sem fim.

[...] Não poderia ser diferente o fim de uma sociedade que nunca resolveu estruturalmente o problema do racismo, que mata física e intelectualmente os nossos corpos e nossas memórias todos os dias, que apaga e submete à eterna suspeição a nossa capacidade de viver de maneira independente. [...] o que divide a nós, os negros, dos brancos é a linha do humano. (NASCIMENTO, 2019, p. 333).

O Brasil se encontra em tal situação por ser um país discursivizado por toda a herança de um ocidente assassino e não teria para menos, a superestrutura de nossa nação - digo, as normas jurídicas, pedagógicas e o imaginário social – que permite e reforça formas bárbaras de discursivização da realidade.

Não precisa ir longe. Basta adentrar os muros dos bairros pobres de nossas cidades. Basta andar qualquer periferia brasileira. O que nos diferencia das pessoas brancas é que nossas vidas não merecem luto. E não merecem luto [...] porque a ideia de modernidade traz consigo a ideia de liberdade dos corpos brancos apenas e soberania deles a partir de uma política moderna que, ao passo que celebrou o discurso dos direitos humanos, enterrou e dizimou vidas negras e indígenas através dos modernos sistemas de colonialismo. (NASCIMENTO, 2019, p. 340)

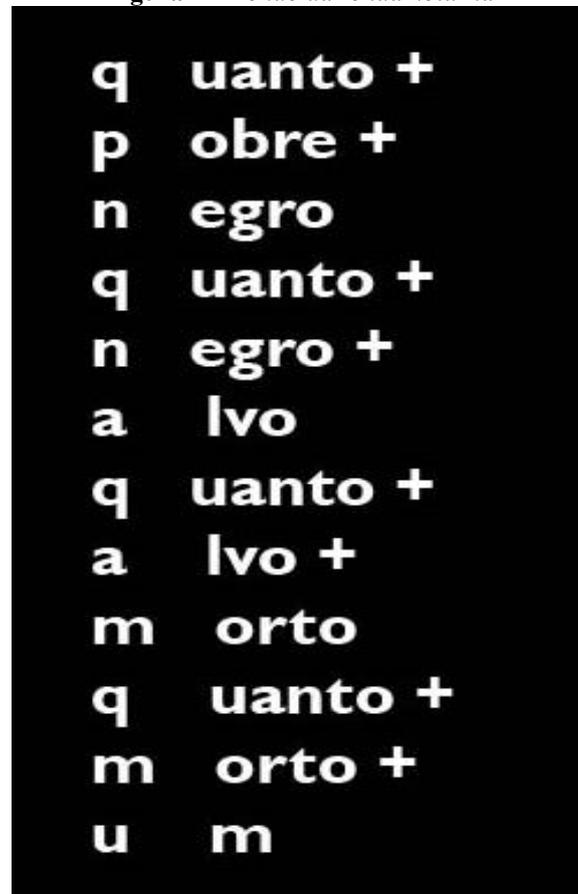
Há a legitimação da morte desses corpos. No Brasil, quem morre tem cor. Se adentrarmos o mundo do trabalho, há um recorte de cor. Se for produzida uma análise do perfil do trabalhador brasileiro, certamente haverá deliberações que indicam que esse trabalhador é negro. “Raça e classe se confundem porque são firmadas no mesmo jogo da colonialidade do poder” (NASCIMENTO, 2019, p. 342).

Tal percepção é explorada pelo eu-lírico de Aleixo que explora, no poema *Rondó da Ronda Nortuna* (2001), as representações de tumultos e terrores noturnos que, devido a

cegueira em que se enterraram e nos arrastaram, fundem-se raça e classe. Nesse sentido, a poética de Ricardo Aleixo se manifesta na palavra escrita, no som, na imagem, no corpo e no silêncio. É necessário absorvê-la visualmente, buscando compreender sua completa materialização.

É pertinente destacar que seu verso, como é possível observar abaixo, atua como uma retomada do anterior. Todavia, apontando para uma possibilidade de futuro que, em decorrência das condições sócio-históricas que o sujeito negro é produzido no Brasil, não existe. Veja o poema:

Figura 2 – *Rondó da ronda noturna*



Fonte: ALEIXO (2001, p. 69).

Novamente, em contato com a inversão das cores que comumente compõe a impressão gráfica de textos, é partilhada uma expressão de luto que, como pode ser notada, atravessa a produção lírica do autor estudado. Outrossim, neste caso, é possível dizer que o fundo preto do poema parece se referir à noite que compõe o título. Uma possibilidade interpretativa que pode ser lançada sobre o texto é a que diz respeito aos caracteres brancos e o modo como

atuam sobre o fundo preto. O branco invade o preto e impõe uma ordem que opera violentamente, tal como é dito nos versos, e a sua ação deixa marcas tanto no texto, quanto nos corpos das vítimas cor da noite.

As posições sociais citadas no poema, negro e pobre, se materializam em uma agenda histórica brasileira em que as relações de poder conduzem a vida, de quem está condenado à margem, a fins tragicamente definidos desde as suas origens. O poema estabelece uma espécie de lógica brutal, na qual o branco cerca e se coloca acima do preto, pela qual o negro não consegue escapar de seu destino alvo. É inevitável a sensação angustiante que o poeta partilha ao performar⁷ a leitura desse poema.

Os engasgos e a respiração ofegante se intensificam a cada repetição dos versos - que parecem assumir uma forma que é cíclica, pois passa a não ser possível identificar qual fator foi principal para a morte (ser negro ou ser pobre) – e isso registra uma sensação de perseguição constante, sem fim e sem a possibilidade de ser demarcado um começo. Nesse cenário, ao ler/ouvir esse poema, eu choro, tanto como intelectual, quanto como escritor e pessoa negra. A poesia em questão é o registro de quem vivencia uma produção metódica de caos, de medo, de ódio, de uma perversidade do poder que não admite que exista vida e muito menos subvida nas margens.

O eu-lírico cutuca, com furor, uma ferida colonial - absurdamente escancarada, mas coberta pelo tecido discursivo reacionário – que produz o Brasil como um território em ruínas há tempos, corroído pela tristeza, pela violência, pela paranoia, um país que tem enterrado até o próprio luto em um beco que localizado no canto dos olhos, um beco declarado como não visitável. Ao escrever esta seção, eu quero mesmo é chorar o luto pelo sumiço de vários de mim enterrados nessa viela escura.

Em vista disso, “é necessário falar de tantas vidas que morrem e não merecem luto no Brasil” (NASCIMENTO, 2019, p. 334). Como é discutido por Gabriel Nascimento, através de uma racialização para a universalidade, os “corpos brancos têm direito à soberania dos seus corpos”. Em contrapartida, a nós negros, que desde os inícios não pudemos decidir o que poderia ser feito de nós, “cabe a morte” (NASCIMENTO, 2019, 342-343). A geografia da soberania apenas de corpos brancos nos condena a tormento, fome e morte.

Assim, em mãos em carne viva e exposta, está aqui uma poesia que urge participar do

⁷ É possível ter acesso ao áudio da performance no seguinte link:
<https://m.soundcloud.com/recibo33/ricardoaleixo4>.

tempo, deste tempo, haja vista que somos vítimas de um presentismo angustiante e a poética de Aleixo não escapa desse fenômeno. Não há passado e nem futuro que nos acolha, somos coagidos a estar no agora. Essa situação é o resultado de uma política de expropriação da classe dominante, que nos impõe uma pobreza material e nos priva do direito à memória e, principalmente, à vida.

Nessa perspectiva, um desdobramento presente em *Rondó da ronda noturna* – que demanda análise - diz respeito ao último verso “que amarra essa descrição da cena contemporânea: na ambiguidade entre o numeral e o artigo indefinido, o negro morto na ronda noturna é mais um dentre tantos outros mortos em tantas outras rondas noturnas” (MARTINS, 2018, p. 65). É mais do que certo e evidente, no nosso cotidiano assassino, que o sujeito negro é vítima de violências antinegros estatais que possibilitam, determinam e realizam o extermínio da população negra e pobre através de políticas de exclusão que nos matam em noites e em rondas que não passam e nós dentro delas morrendo de novo, de novo, de novo, sem nome e de novo (ALEIXO, 2018). Assim, tratam-se de ações – midiáticas, pedagógicas, políticas, ideológicas - que estabelecem processos de criminalização que atingem as periferias e nos fazem morrer a cada rombo aberto em nossas musculaturas, que nos reduzem a mais *um* número da necroestatística, sem passado e possível futuro.

Ademais, é necessário reparar que o uso do sinal “+”, que no corpo do poema “pode ser lido como a mira de uma arma” (CARVALHO; FIGUEIREDO, 2020, p. 323), alude também a uma operação matemática que sistematicamente lista e soma os elementos que, no final, chega a um resultado já esperado. O produto dessa equação, de maneira angustiante, é *um*.

Essa operação, de acordo com as estatísticas, é repetida de novo, de novo, de novo a cada 23 minutos - um presente angustiante. A expectativa que o Estado burguês estabelece para nós é a de que sucumbamos como corpos desprezados, reduzidos a amorfos, sem nome. Apenas um, mais um. Ainda sobre o sinal de adição (+) que, “além de sugerir a operação matemática, fornece a possibilidade de perceber o espaço do poema como um cemitério ou vala comum onde os corpos vitimados pela violência são indicados apenas por uma cruz” (MARTINS, 2018, p. 65), desprovidos de luto e de história, tendo consideração que esses são elementos atribuídos a corpos elegidos ao status de soberania.

O Rondó parece sugerir, a partir de uma estratégia visual e pela informação presente no texto - Quanto mais pobre, mais negro. Quanto mais negro mais negro, mais alvo. Quanto

mais alvo, mais morto. Quanto mais morto, mais um -, que o negro, enquanto signo-objeto vinculado a discursos de humilhação e opressão, é alvo de um conjunto de artimanhas estatais que procuram produzir e consolidar o seguinte resultado: o apagamento. Assim, o poema, de certo modo, tematiza a invisibilidade e o silenciamento de negros e pobres que estão submetidos, sobretudo, à violência dos dispositivos de repressão do Estado, que estão autorizados a ceifar as vidas dos desumanizados.

Nessa perspectiva, a linguagem poética atua como ferramenta basilar para confrontar radicalmente o real. Observo os movimentos de quem parece estrategicamente ter assumido o compromisso de enfrentar as condições históricas que constantemente produzem o negro em “um vínculo social de submissão e um corpo de exploração” (MBEMBE, 2014, p. 40). Enfrenta-se, então, o que dá sentido social, político, institucional, cultural a características físicas de determinados sujeitos, que se situam em um certo contexto histórico.

O poema em questão, enfrenta o modo como a morte tem chegado para nós por partir do pressuposto de que só “se é livre para viver a própria vida somente quando se é livre para morrer a própria morte” (MBEMBE, 2018, p. 66). Ou seja, luta-se pelo direito à vida e as suas infinitas expressões e, para que isso se faça possível, é necessário combater o que viabiliza as nossas mortes e encobre nossos corpos que não param de perecer.

O eu-lírico de Aleixo parece, nesse sentido, assumir o compromisso de construir-se como um sujeito que tensiona mudanças nas condições de vida dos sujeitos subalternizados, ou seja, parece assumir a tarefa de investir “suas energias para conquistar uma dupla liberdade, que se expressa através do usufruto de seus direitos sociais como cidadão e de sua capacidade criativa como sujeito de sua arte” (PEREIRA, 2010, p. 333). As poéticas negras, nesse sentido, tornam-se palco onde a vida é estruturada e modificada através de confrontos entre classes/raças.

Palavras como manifesto

Em suma, é possível ler a poética de Aleixo e as diversas vozes que compuseram esse estudo como manifestos pela necessidade de a história ser contada pelos de baixo. Esta pesquisa se centrou nos textos do eu-lírico de Aleixo para investigar a maneira como o empreendimento da luta por liberdade é marcado por uma dupla exigência: a preocupação em manter um trânsito que não se deixar cair em uma leitura que se resume a desenvolver-se

apenas em torno do drama – ou melhor, o pesadelo - que a colonialidade nos faz vivenciar sem intervalos para a transição de atos, visto que o cenário e a imagem dos personagens tendem a se manterem os mesmos; além disso, a segunda exigência vislumbra os dilemas humanos que a colonialidade, presente na primeira exigência, objetiva reprimir.

“Por tudo isso ele se endereça e se precipita. Se joga. Como quem quer agarrar o fluxo. Para tentar parar um pouco esse excessivo tempo necropolítico” (KIFFER, 2019, p. 11). Por essa razão, o eu-lírico de Aleixo, assim como muitos que estão presentes nas poesias negras, situa-se em um espectro político revolucionário. Não se apresenta como a-histórico, nem o negro como fim da história ou como retorno a alguma forma “original”, que supostamente se apresenta como um modo de organizar a vida que antecede a colonização. O compromisso assumido ao escrever difunde aberturas, novas possibilidades infinitas para existir, viver e organizar a vida para além dos limites desta sociedade burguesa e chamo

[...] de sociedade burguesa qualquer sociedade que se esclerosa em formas específicas, impedindo qualquer evolução, qualquer avanço, qualquer progresso, qualquer descoberta. Chamo de sociedade burguesa uma sociedade fechada, em que a vida não é boa, onde o ar é pútrido, com as ideias e as pessoas em putrefação. E creio que um homem que se posiciona contra essa morte é, de certo modo, um revolucionário. (FANON, 2020, p. 236).

Dessa maneira, é através da palavra que o homem se torna objeto. No entanto, a linguagem é uma via de inúmeras mãos. A linguagem poética viabiliza que o negro se edifique para a luta, que passe por um processo de metamorfose. A poesia, a literatura, a comunicação são meios para que o indivíduo tornado coisa consiga agir como agente do processo histórico. Dessa maneira, esse sujeito reificado assume a posição de sujeito de si, nega ao seu ser a condição de objeto e, assim, vai em direção a um horizonte de possibilidades em que ele é “simplesmente um homem entre outros homens” (FANON, 2008, p.106).

Como foi dito por Fanon (2008), “o prognóstico está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício”, pois “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa da influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser” (FANON, 2008, p. 28).

Nesse sentido, a produção do poeta em questão foi selecionada para a composição central deste estudo por causa de seu incontestável valor pedagógico. Em decorrência de sua “narração precisa, progressiva. A compreensão do poema não é somente um esforço

intelectual, mas também político. Compreender esse poema é compreender o papel que se tem de desempenhar, é identificar o objetivo a atingir, é polir as armas” (FANON, 1968, p. 193). Não há um negro que não receba as mensagens contidas nesses poemas e debates partilhados aqui. Há o anúncio de uma inevitável explosão, isso é inegável.

Referências

- ALEIXO, Ricardo. Ricardo Aleixo: ricardoaleixoakavulgo. **Instagram**. Disponível em: <https://www.instagram.com/ricardoaleixoakavulgo/?hl=pt-br>. Acesso em: 03 nov. 2021.
- ALEIXO, Ricardo. **Pesado demais para a ventania**: antologia poética. São Paulo: Todavia, 2018.
- APARECIDA, Luciany; DUCASO, Ruth. **Florim**. SALVADOR: Paralelo, 2020.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Editora UBU, 2020.
- FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.
- FOUCAULT, Michel. . Sobre a História da sexualidade. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243 – 275.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. **A disputa em torno de Frantz Fanon**: a teoria e a política dos fanonismos contemporâneos. São Paulo: Intermeios, 2020a.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: Blay, E. A. (org). **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 75-104.
- GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONATO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. Introdução de Robert S. Hartman; Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e política do ódio** — lutas, gestos e escritas do presente. São Paulo: Bazar do Tempo, 2019.
- KIFFER, Ana. **Do desejo e devir** – as mulheres e o escrever. São Paulo: Lumme Editor, 2019.

LISBÔA, Flávia Marinho. **Racismo linguístico e os indígenas Gavião na universidade:** língua como linha de força do dispositivo colonial. Salvador: EDUFBA, 2022.

MARTINS, Aulus Mandagará. O silêncio que nos ronda: poesia e política em dois poemas de Ricardo Aleixo. **Nau Literária:** crítica e teoria da literatura em língua portuguesa. Rio Grande do Sul, vol. 14, n. 02, p. 61-71, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/NauLiteraria/article/view/77657/50933>. Acesso em: 12 jul. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico:** os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.